

Ordem Social

Aprovadas estabilidade no emprego e jornada de 40 horas

Estabilidade no emprego, jornada semanal de trabalho máxima de quarenta horas, remuneração em dobro nas férias e amplo direito de greve foram algumas das propostas aprovadas na Comissão de Ordem Social, que votava ontem o seu relatório. Os parlamentares tinham até as 24h para concluir o trabalho. Foi aprovada também uma emenda que garante a inclusão na nova Constituição do princípio geral de reforma agrária.



No início da noite, todas as votações decidiam-se por unanimidade, já que a ala politicamente mais à direita da comissão, minoritária diante da aliança do centro com a esquerda, evitava o desgaste de defender propostas vistas como impopulares.

Pelo texto aprovado, todo trabalhador brasileiro é estável em seu emprego salvo quatro exceções: falta grave comprovada judicialmente; contrato transitório não superior a dois anos; prazo de experiência não superior a noventa dias; e em caso de ocorrência de problemas econômicos intransponíveis para a empresa, mas sujeitos a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização — a critério do empregado.

O salário mínimo deverá atender, pela proposta aprovada, todas as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, como alimentação, moradia, vestuário, higiene, trans-

Clima de tranquilidade marca os trabalhos

Ao contrário da maioria das comissões, onde os trabalhos se caracterizam pelo tumulto, pelas pressões e até pela agressão física, a Comissão da Ordem Social conseguiu atravessar suas votações mais polêmicas num clima de tranquilidade. O texto do relator Almir Gabriel (PMDB-PA, de centro-esquerda) foi aprovado por unanimidade, assim como as propostas de estabilidade no emprego, amplo direito de greve e a jornada semanal de quarenta horas (a atual é de 48 horas). Para o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), principal articulador da ala "esquerda" da comissão, esse clima tem explicação: "Nós não nos descolamos do centro, mantivemos um diálogo

permanente com essa faixa e a direita ficou isolada".

Na verdade, votar com a esquerda foi uma "manobra de guerra" dos parlamentares que se autodenominam "defensores do capital", como Max Rosemann (PMDB-PR) e Cunha Bueno (PDS-SP). Por essa manobra, fez-se concessões à esquerda, à espera de alguma contrapartida e, ao mesmo tempo, evitou-se a fortíssima pressão do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar, o órgão lobista dos sindicalistas que, durante todo o tempo, ameaçou os constituintes com a divulgação, em todo o país, dos nomes dos "inimigos dos trabalhadores".

porte e previdência social. Aprovou-se a proposta de que a automação não prejudicará o direito adquirido do trabalhador e de que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) passa a se chamar Fundo de Garantia do Patrimônio Individual. O salário de trabalho noturno passa a ser de, no mínimo, 50% superior ao salário diurno (hoje é de 20%) e a hora noturna terá 45 minutos (hoje é de 52 minutos).

Os ecologistas conseguiram manter a tese pela qual o direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. Ou seja, um proprietário não poderá cortar árvores de seu

terreno, caso elas sejam consideradas em fator de bem-estar para seus vizinhos.

Greve

Através de um inciso auto-aplicável, ou seja, que dispensa regulamentação legal, a comissão aprovou que a greve é um direito, "competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender, bem como, sobre as providências e garantias asseguradoras da continuidade dos serviços essenciais à comunidade".

Apesar de o prazo de votação se esgotar às 24h de ontem, até as 18h30



Um grupo de pessoas protesta por ter sido proibido de acompanhar as votações da Comissão da Ordem Social

ainda faltavam ser apreciados 108 artigos do relatório do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro,

no caderno "Os Eleitos"). Esses artigos introduziram uma dificuldade no processo de votação: os parlamentares do PDS, do PFL e de parte do PMDB, assustados com a predomi-

nância absoluta das propostas defendidas pelos sindicatos, começaram a obstruir a sessão para negociar a aprovação de algumas teses de interesse dos empregadores.

Família, Educação e Cultura

Tumultos impedem que texto final seja votado

Sessenta horas depois de iniciadas as votações na Comissão da Família, Educação, Ciência, Tecnologia e Comunicação, o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), ganhou um corte no supercílio direito num choque com o microfone durante uma discussão; os deputados Tadeu França (PMDB-PR) e Agripino Lima (PFL-SP) trocaram palavrões e empurrões; o deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ) ameaçou bater no deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES) e o deputado Chico Humberto (PDT-MG) chorou a derrota do parecer do relator Artur da Távola — mas nenhum texto foi votado para mandar à Comissão de Sistematização. Ontem, às 20h, restando apenas quatro horas para terminar o prazo para as votações, as divergências entre "progressistas" e "conservadores" impediam que qualquer proposta fosse aprovada.

O presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) por pouco não apanhou na briga entre Tadeu França e Agripino Lima, que disputavam o microfone em que ele tentava levar adiante a votação de um recurso de Arolde de Oliveira (PFL-RJ), para que as emendas ao substitutivo de Távola fossem votadas em bloco. França puxou o microfone da boca de Gadelha porque discordava da votação, que colocava fim a estratégia dos "progressistas" de obstruir a votação das emendas, uma a uma. Agripino, que queria vê-las votadas em bloco, reagiu. Gadelha suspendeu a sessão, e só a reabriu para avisar que suspenderia mais uma vez os trabalhos, para a negociação.

Em conversas que se desenrola-

ram desde o início da tarde, os "progressistas", representados pelos deputados Hermes Zanetti (PMDB-RS), Florestan Fernandes (PT-SP) e Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), e os conservadores, pelos deputados Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Eraldo Tinoco (PFL-BA) e João Calmon (PMDB-ES), tentavam um acordo. Quando Gadelha suspendeu os trabalhos, eles se fecharam com seus grupos para costurar um acordo sobre o resultado de suas conversas. Zanetti disse que boa parte do substitutivo de Távola (derrotado no dia anterior) era consensual, alguns artigos precisariam ter mudanças leves e outros artigos eram inegociáveis. Estes, de acordo com Zanetti, iriam como destaque para a Comissão de Sistematização.

Os artigos inegociáveis são as verbas públicas para o ensino público, a reserva de mercado, a criação de um conselho nacional de comunicação, o monopólio dos serviços postais, telegráficos e de telecomunicações e a censura. "Não negociamos princípios. Só acessórios", disse o deputado Uiratã Aguiar (PMDB-CE). Um dos negociadores dos "conservadores", Mendes Ribeiro, ameaçou por tudo a perder quando os dois lados se fecharam com seus grupos. Ele não gostou da proposta de mandar para a Sistematização, como destaque, os artigos inegociáveis. As 21h, não havia solução e a previsão entre os constituintes que aguardavam era de que não haveria qualquer acordo.

O grupo dos "conservadores", com folga da maioria na Comissão (derrotou anteontem o relatório de Távola por 37 a 26), não conseguiu aprovar suas propostas por um



O senador Mario Covas discursa na Comissão da Família, Educação e Cultura

erro que custou a Arolde de Oliveira a perda da coordenação do grupo na comissão. A estratégia de Arolde era derrotar o relatório de Távola e passar à votação dos destaques às emendas, quando seu grupo praticamente aprovaria um novo relatório. Mas derrubado o relatório, não existia mais qualquer projeto para ser emendado.

"É como vestir alguém que já morreu e foi enterrado", comentou o líder do PMDB na comissão, senador Mário Covas (SP), aplaudido pelo público nas galerias, que gritava "presidente, presidente...". Jogava dinheiro sobre os "conservadores", chamando-os de "mercenários". A torcida das galerias custou sua evacuação por ordem de Gadelha, com apoio de um requerimento assinado por 32 "conservadores". "Alguns deputados querem jogar para a torcida e acabam implodindo qualquer tentativa de acordo", afirmou a depu-

tada Sandra Cavalcante (PFL-RJ), embora a saída do público não tenha facilitado um acordo.

Gadelha acusou o Regimento Interno da constituinte de impreciso, disse que não era dono da verdade, mas que tinha que interpretá-lo. Sua interpretação: "Vamos votar as emendas". Os progressistas insistiram: "Não há o que emendar, senhor presidente", repetiam um a um os constituintes "progressistas", nas suas questões de ordem. "É golpe", gritou Tadeu França. Mas Gadelha não mudou sua posição, e passou à questão seguinte: se as emendas seriam votadas em bloco ou não. A votação terminou no voto de Távola, sem decisão, com a briga entre França e Agripino Maia. Depois, a sessão foi suspensa e até tarde não havia nenhum texto votado, com o risco da comissão não mandar nada à Sistematização.

Ordem Econômica

'Conservadores' conseguem impor propostas na comissão

A nova Constituição vai limitar a intervenção do Estado na economia e dificultar as desapropriações de terras para a reforma agrária, caso sejam mantidas, nas próximas etapas do Congresso constituinte, as propostas que os parlamentares "conservadores" conseguiram aprovar neste fim-de-semana na Comissão da Ordem Econômica. O relator da comissão, senador Severo Gomes (PMDB-SP), de centro-esquerda, deve entregar hoje seu relatório à Comissão de Sistematização.

Derrotado na comissão (seu projeto foi rejeitado na íntegra), Severo ainda não havia definido, ontem à noite, os termos do seu relatório. Ele hesitava entre duas opções: limitar-se a reproduzir as propostas vitoriosas ou, além disso, descrever os incidentes que marcaram o processo de votação. As propostas dos "conservadores" foram aprovadas no sábado à tarde, por unanimidade, depois que 23 parlamentares "progressistas" abandonaram a reunião, acusando o presidente da comissão, deputado José Lins (PFL-CE), centro-direita, de violar o regimento interno para favorecer os "conservadores". A divergência sobre a condução dos trabalhos já havia provocado a suspensão da votação, na madrugada de sábado, após cenas de violência física entre as duas facções.

Reforma agrária

Na questão mais polêmica da comissão — a reforma agrária — foi rejeitada a única alteração importante que o projeto de Severo Gomes introduzia na atual legislação: a posse automática, pela União, dos imóveis desapropriados. A proposta aprovada, do deputado Jorge Vianna

(PMDB-BA), amplia as possibilidades de os proprietários contestarem as ações do Poder Executivo na realização da reforma agrária e mantém o dispositivo atual de que as terras só são desocupadas após a decisão final do Judiciário.

Outro empecilho às desapropriações foi colocado pela afirmação de que a função social da terra é cumprida quando o imóvel "é, ou está em curso de ser, racionalmente aproveitado". Desta forma, os proprietários atingidos pela desapropriação poderão refutar ato do presidente da República alegando que há um projeto para a exploração do imóvel.

A proposta aprovada na comissão afirma ainda que a União só poderá desapropriar "propriedade rural improdutiva, mediante pagamento de prévia e justa indenização". Assim, permanece o entendimento de que as indenizações têm que considerar o preço de mercado do imóvel.

Na parte referente aos princípios gerais da economia, o texto aprovado afirma que "a intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio só serão permitidos quando necessários para atender aos imperativos da segurança nacional ou o relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei". Não foi incluída qualquer restrição ao capital estrangeiro. O relatório da comissão extingue o princípio da reserva de mercado, introduzindo, em seu lugar, a possibilidade de "proteção transitória" a ser concedida "às atividades de empresas nacionais que a lei considerar estratégicas para o desenvolvimento tecnológico". Fica mantido o monopólio da União sobre o petróleo, no âmbito da pesquisa, lavra, refinação e transporte marítimo.

Organização do Estado

Decidida a criação de sete novos Estados

A Comissão da Organização do Estado modificou, além do mapa do Brasil, ao criar sete novos Estados, a relação entre os municípios, os Estados e a União. Os municípios ganharam autonomia para criar juizados de pequenas causas, de paz e de menores e para elaborar sua lei orgânica. Pela atual Constituição, cabe às Assembleias Legislativas votar as leis dos municípios.

Primeira a encerrar seus trabalhos — o que ocorreu na madrugada de sábado — a Comissão da Organização do Estado não enfrentou grandes polêmicas. Isto porque o relator, senador José Richa (PMDB-PR), negociou o relatório com todos os integrantes da Comissão. Se não agradou a todos — especificamente no

tema da criação de novos Estados — pelo menos conseguiu assegurar a aprovação quase integral de todos os artigos constantes do relatório.

A única polêmica se relacionou com a criação de novos Estados. Richa defendeu, em seu relatório, apenas a criação do Estado de Tocantins, já aprovada duas vezes pelo Congresso Nacional e vetada pelo presidente José Sarney. O relator foi derrotado nessa questão, que não envolve as posições ideológicas de constituintes.

A Comissão votou pelo desmembramento de regiões ricas de vários Estados. É o caso do Sul da Bahia, onde predomina o cultivo do cacau, que passará a se chamar Estado de

Santa Cruz; do Oeste de Minas Gerais, região de pecuária leiteira, que passará a ser o Estado do Triângulo Mineiro; do Sudoeste do Maranhão, tomado pela floresta dos babaquais, que se chamará Maranhão do Sul; do Oeste do Pará, rico em minerais, que passará a ser o Estado de Tapajós; e do Tocantins, região pobre do Norte de Goiás. Amapá e Roraima, dois territórios, passam à condição de Estado, caso seja mantida a decisão da comissão.

O Distrito Federal não conseguiu sua plena autonomia, apesar dos esforços de seus parlamentares. A eleição para Governador foi assegurada, mas deverá ocorrer junto com a do presidente da República, e a

administração distrital (como foi denominada) não terá poder para criar sua Polícia Militar e nem seu Poder Judiciário. Entretanto, foi aprovada a instalação do Poder Legislativo local, que se chamará Câmara Legislativa e terá três vezes mais deputados que a bancada federal de Brasília (atualmente com oito integrantes).

De acordo com o que a Comissão da Organização do Estado decidiu, e que deverá constar dos princípios gerais da nova Constituição, a democracia do país será participativa. O artigo de abertura da Constituição dirá que "todo poder emana do povo e com ele será exercido nos termos desta Constituição".

Soberania

Nova Constituição será submetida a plebiscito

A nova Constituição será submetida a plebiscito se o plenário do Congresso constituinte aprovar a proposta que a Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher aprovou anteontem à noite, por 43 votos contra quatro. As pessoas com idade entre 16 a 18 anos terão direito a voto — voluntário neste caso —, segundo o relatório. Também foi aprovado o artigo que concede a "anistia ampla geral e irretrita" aos punidos por motivos políticos entre 2 de setembro de 1961 e 1º de fevereiro de 1987.

Para aprovar o relatório, o relator, senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) foi obrigado a fazer concessões

como, por exemplo, retirar o "voto destituinte". Este dispositivo do relatório, proposto pela Subcomissão dos Direitos Políticos, permitiria aos eleitores cassarem mandatos de parlamentares.

O senador Bisol foi obrigado a reescrever quase totalmente o item que trata do direito de propriedade. Pela nova redação, as desapropriações de bens de produção somente podem ser feitas quando necessárias para a execução de planos e programas de desenvolvimento social e econômico. Estes planos terão também que ser submetidos a apreciação judicial antes das desapropriações. O deputado José Mendonça de Moraes

(PMDB-MG), que liderou as tentativas de obstrução de votação do relatório, participou do acordo para aprová-lo, o que ocorreu entre as 22h e as 24h do sábado. Foram retirados 290 destaques (pedidos de votação em separado), que inviabilizariam a votação do relatório dentro do prazo, que se esgotava às 24h de ontem. Durante todo o dia de sábado somente foram votados 60 dos 350 destaques apresentados.

Liderados pelo deputado José Fernandes (PDT-AM), oito deputados evangélicos, que se opunham ao tratamento dado por Bisol ao aborto, casamento e homossexualismo, aplaudiram o relatório. Ao final de

dois dias de votação, foram retirados do relatório expressões como "orientação sexual" e frases inteiras como "a vida intra-uterina é responsabilidade da mulher", que desagradavam os evangélicos.

As lideranças dos movimentos feministas saíram também satisfeitas por ser explicitada no relatório a igualdade de direitos entre homens e mulheres. O líder do movimento homossexual "Triângulo Rosa", Caio Benevolon, também saiu satisfeito da reunião. Ele disse que a garantia de não discriminação das pessoas por razões de "comportamento sexual", como ficou no relatório, foi uma vitória.

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Parecer de Serra prevalece nas questões de tributação

Durante a sessão diurna de ontem da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, foram votadas as emendas referentes ao capítulo do Sistema Tributário, e mais uma vez prevaleceu o parecer do relator José Serra (PMDB-SP). Foram vitoriosas apenas poucas emendas, que não alteram o espírito original do projeto. Entre essas emendas, as mais importantes são as que não permitem qualquer alteração de impostos durante o exercício, e a queda da revisão dos incentivos.

Ao contrário do clima de tensão vivido em algumas comissões do Congresso constituinte, a votação das emendas nesta comissão prosseguiu ontem em clima calmo. Isso se deveu principalmente ao fato de que houve acordos prévios antes do início da votação do projeto. O único ponto onde ainda devem haver polêmicas é na votação de uma emenda apresentada pela bancada nordestina.

De acordo com uma emenda aprovada, nenhuma instância de governo vai poder alterar alíquotas durante o exercício em que for aprovada a alteração. Nas regras atuais, isso pode ser feito exceto com o Imposto de Renda. Assim, não se vai poder, por exemplo, isentar de ICM um produto como o leite a não ser com aprovação de uma lei. O projeto original previa que esse tipo de alteração entraria em vigor num prazo de 90 dias.

A revisão dos incentivos fiscais, que pelo projeto deveria ser obrigatoriamente realizada a cada cinco

anos, não vai mais ser feita. Além dessas medidas de fundo, foram alterados alguns detalhes, como a mudança da data de entrada em vigor dos aumentos devidos aos Estados nos Fundos de Participação, a explicitação da isenção do IPI para produtos exportados e a entrada do financiamento para consumo final de produtos no cálculo do novo ICM, ao invés de IOF.

Na noite de ontem, tiveram início as negociações em torno do capítulo de Orçamento. A bancada do Nordeste, composta por 29 dos 63 parlamentares da comissão, queria a aprovação de uma emenda pela qual a União deveria dividir seus gastos em função da população e da renda "per capita".

No entanto, mais uma vez valeiram os acertos políticos conduzidos pelo relator. Foi feito um acordo em torno de uma solução intermediária, pela qual apenas os acréscimos reais de receita, excluídos daí os projetos de prioridade nacional e os gastos com defesa, deverão ser progressivamente regionalizados num prazo de dez anos. A medida deverá ter efeito muito pequeno em relação a situação atual.

Com esse acerto, o parecer de José Serra foi quase que integralmente mantido, um caso raro nas votações do fim-de-semana.

JUROS EXTORSIVOS
Os bancos estão errando: Recupere o que pagou indevidamente. Telex: (011) 231-4174 — 259-6817. Gustavo Korte e Carlos Faria.